

# Mandato

Boletim informativo do gabinete do Deputado Federal José Mentor (SP). **PT** Junho de 2018

## José Mentor: coerência, lealdade e trabalho sério na vida pública.

José Mentor nasceu em Santa Isabel, tem 69 anos e acumula quase cinco décadas de vida pública.

Nos anos 60, no movimento estudantil, ajudou a reconstruir o Centro Acadêmico 22 de Agosto e o DCE-Livre da PUC-SP; participou da UEE e do congresso de Ibiúna da UNE, e foi preso pela ditadura militar, em 1968 e 1969.

A partir de 1976, prestou assessoria jurídica a movimentos sociais, trabalhou na Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos de São Paulo e, em 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Em 1989, assumiu seu primeiro mandato como Deputado Estadual Constituinte, considerado um dos melhores, pela imprensa, e foi líder da bancada petista, em 1989/1990.

A partir de 1992, foi vereador por 3 mandatos e, em 1995, líder da bancada do PT. No terceiro mandato, tornou-se líder do governo da prefeitura Marta Suplicy.

Eleito deputado federal, em 2002, iniciou uma sequência de 4 mandatos consecutivos, sempre fiel aos princípios democráticos e sociais que o tornaram reconhecido na vida pública.

José Mentor trabalha sério na fiscalização dos governos, defesa da cidadania, apoio aos movimentos sociais, elaboração de leis e na busca de recursos para os municípios de São Paulo. As marcas de José Mentor são a coerência e a lealdade políticas, serenidade, equilíbrio, firmeza no trato dos problemas e o trabalho parlamentar incansável para construir um país com justiça social.

# Precisamos resgatar o estado de direito no Brasil.



“*Lutar com palavras parece sem fruto  
Não tem carne e sangue  
Entretanto, luto.*”  
Drummond

Estamos vivendo num Estado de exceção. Os direitos inalienáveis do cidadão estão sendo desrespeitados, com o indigno apoio da imprensa monopolista.

Uma presidenta da república legitimamente eleita recebeu impeachment sem ter cometido crime de responsabilidade algum. O poder Legislativo executou e o Judiciário legitimou o golpe de Estado.

Sem prova de culpa, o ex-presidente Lula foi perseguido, acusado e condenado por um grupo partidariado de procuradores, aliado a um juiz notoriamente parcial, num caso que não lhe competia legalmente. As provas evidentes da inocência de Lula foram ignoradas também pela segunda instância (TRF4). Foi dada uma sentença claramente combinada, em um processo cheio de irregularidades. Quando interessava, o processo andou rápido. Agora, após a condenação pelo órgão colegiado, segue a passos de tartaruga. Tudo é feito com o evidente objetivo de impedir a candidatura de Lula em 2018.

Rasgaram a Carta Magna ao permitir o início da pena após condenação em segunda instância. A Constituição é explícita ao garantir a presunção de inocência até se esgotarem todos os recursos de direito.

A agenda do Supremo está sendo manipulada para que sua jurisprudência não tenha a possibilidade de ser revista e alterada e Lula seja libertado.

Tudo isso configura claramente a ruptura do Estado de Direito, que precisa ser retomado urgentemente, de qualquer maneira. Precisamos unir todo o campo progressista da sociedade, partidos, entidades, movimentos sociais, organizações profissionais e todos os cidadãos que acreditam na Justiça e prezam a democracia, para garantir que uma parte significativa da sociedade possa escolher seu presidente preferido, livremente, para que as eleições deste ano não sejam uma fraude, que nos envergonhará diante do mundo.

**José Mentor**



## Precisamos interromper essa aventura autoritária que está levando o Brasil para o maior atraso de sua história.

O Estado de exceção que estamos vivendo visa impor o projeto das elites que foi derrotado nas últimas quatro eleições presidenciais: entrega da soberania nacional e das nossas riquezas naturais, apropriação dos fundos públicos, destruição das conquistas sociais e da estrutura industrial em favor dos interesses do grande capital, nacional e internacional, especialmente o financeiro, e das grandes empresas petrolíferas. Estão destruindo 40 anos de lutas dos trabalhadores e conquistas de cidadania.

O resultado já está aí: estagnação econômica, desemprego em massa, fechamento de empresas, aumentos seguidos dos combustíveis e do gás de cozinha, desmonte dos programas sociais e do patrimônio público, privatização, abandono das políticas ambientais, retrocesso na Segurança, Saúde e Educação públicas. A miséria e a fome voltaram.

## Após a greve dos caminhoneiros, o governo mantém a absurda política de preços e já aumenta imediatamente a gasolina.

O governo federal transfere para a população o custo dos R\$ 0,46 da redução do preço do diesel: vai cortar ainda mais os gastos com Saúde, Educação e Habitação. A população mais necessitada, outra vez, no governo Temer, vai pagar a conta.



Registro do PT no TSE, em 1980.



Inspeção da Comissão Parlamentar criada para verificar as condições da prisão.



José Mentor com Lula, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, antes da prisão.



José Mentor, então líder do PT na Alesp, e Lula, no lançamento do Manifesto de Prefeitos contra o Plano Collor em 1990.



Em 2010, o então presidente Lula com o deputado federal.

# Resistência contra a injustiça.



A solidariedade do mandato, lado a lado com os militantes e lideranças nos protestos em Curitiba.





José Mentor sempre acompanhou Lula, desde a fundação do PT até hoje. E é solidário a ele. Esteve em São Bernardo, no sindicato, quando ele decidiu se apresentar. Por três vezes visitou o acampamento e a vigília instalados ao lado da sede da Polícia Federal, em Curitiba-PR. Lá encontrou vários militantes que se revezam em solidariedade ao ex-presidente.

O deputado falou da importância pessoal e política do 'Bom dia, Presidente Lula', porque demonstra confiança na sua inocência e quanto queremos vê-lo solto. Falou do valor da vigília para mostrar ao Brasil e ao mundo que Lula não está só.

Em 29 de maio, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, da qual José Mentor faz parte, realizou inspeção oficial das condições da prisão do ex-presidente.

Lá encontraram Lula bem disposto, alegre e bem humorado. Mas indignado por ter sido condenado sem prova. Porém "sem ódio, pois o ódio cega" e ele quer manter a razão para provar sua inocência.

Ele sabe da grave crise do país. Está bem informado. Lendo vários livros e refletindo. Lembrou de seu legado: desemprego baixo, inclusão social, distribuição de renda, programas sociais, diálogo com as várias categorias, atenção às reivindicações, e sempre buscando antecipar a solução dos problemas.

Lula mostrou clareza sobre seu papel na prisão tanto para lutar contra as injustiças, quanto para reforçar e fortalecer a democracia no Brasil.

Uma verdadeira democracia não pode afastar, através de uma armação mentirosa, um pensamento político, um partido, um candidato de uma disputa eleitoral porque discordam de seu programa, porque beneficiou os mais necessitados. Ainda mais, quando esse programa recebe o apoio, nas pesquisas, de um número percentual de pessoas maior do que a soma de todos os seus adversários.

Reafirmou seu respeito a todas as forças progressistas e de esquerda que se organizaram para disputar a presidência, em 2018. Nomes e partidos valerosos, com história de lutas sociais, de larga contribuição para a democracia no Brasil. E reafirmou também sua firme disposição de disputar a Presidência da República. 'Sou candidatíssimo, em 2018', afirmou!



## Ex-presidente é indicado ao Nobel da Paz.

Numa grande campanha internacional pela libertação e reconhecimento de Lula, Adolfo Pérez Esquivel, vencedor do Nobel da Paz 1980, vai lançar a candidatura de Lula ao Prêmio Nobel da Paz 2019, em setembro próximo, junto ao Comitê Norueguês do Nobel. O ex-presidente Lula vem recebendo apoio de grandes personalidades e lideranças de várias partes do mundo. Você também pode participar, assinando a petição da [change.org](http://change.org): Nobel da Paz para Lula.

## Líderes europeus se manifestam pela candidatura Lula.

Em 16 de maio, Lula recebeu apoio do ex-presidente socialista francês, François Hollande, dos ex-primeiros-ministros social-democratas italianos Massimo D'Alema, Romano Prodi e Enrico Letta, do ex-presidente do governo da Espanha, o socialista José Luis Rodríguez Zapatero e do também socialista, o ex-primeiro-ministro belga, Elio di Rupo.

O novo Presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez (foto), também manifestou solidariedade ao ex-presidente brasileiro.



# Lula é preso político.

Está demonstrado por renomados advogados e juristas de todo o mundo, que o processo do apartamento triplex contra Lula é uma armação jurídico-processual, preparada com inúmeras irregularidades e inconsistências legais para que houvesse uma condenação do ex-presidente por "órgão colegiado" (mais de um juiz) para impedi-lo, pela lei da ficha limpa, de se candidatar em 2018.

Não querem Lula de volta para que ele não possa recompor os direitos que Temer retirou do povo e dos trabalhadores, para acabar com os saques das riquezas nacionais e reincluir a população mais pobre na cidadania brasileira

- 1 O processo não é da competência da Lava-Jato.**
- 2 Não foi apresentada prova de culpa.**
- 3 A prova que existe é de que Lula não é proprietário do apartamento. E essa prova de inocência foi desconsiderada**
- 4 Não existe nem ato nem omissão de Lula que beneficiasse a OAS.**
- 5 Não há prova de que a OAS tenha obtido qualquer benefício de Lula.**

O processo é uma aberração jurídica e legal. Lula é um preso político.

# E pode ser candidato.

A lei da Ficha Limpa proíbe que seja candidato quem tenha sido condenado por sentença irreversível (decisão final) ou por um órgão colegiado (mais de um juiz).

A sentença do TRF-4, que confirmou a condenação de Lula, não é final. Cabem ainda recursos ao Superior Tribunal de Justiça e, em caso de matéria constitucional, ao Supremo Tribunal Federal.

A candidatura de Lula poderá ser impugnada no TSE porque o TRF-4, órgão colegiado, o condenou. No entanto, na própria Lei da Ficha Limpa existe outra norma (art. 26-C), a qual estabelece que, caso o recurso do condenado tenha reconhecida sua plausibilidade, ou seja, tenha argumentos considerados consistentes para poder alterar a decisão do Tribunal de segunda instância (no caso, o TRF4), pode lhe ser concedida uma decisão liminar permitindo registrar sua candidatura. Aí, então, poderá o candidato fazer campanha, disputar a eleição e, se eleito, ser diplomado e assumir o cargo.

Se, posteriormente, for condenado, os seus votos serão anulados e o segundo colocado assume o posto ou serão convocadas novas eleições, dependendo do caso.

Lula está injustamente preso, mas no gozo de seus direitos políticos, portanto pode ser votado e eleito.

Estão nessa condição, segundo o TSE, 145 prefeitos que, condenados por órgãos colegiados, obtiveram liminares, disputaram, foram eleitos e estão governando suas cidades. Alguns deles estavam presos, foram soltos e também estão governando.

Como é dito por estudiosos do Direito, inclusive em livro, são dezenas as ilegalidades existentes no processo do Triplex que, com certeza, tornam seus recursos plausíveis de sucesso nos Tribunais Superiores.

E como se afirma, com ênfase e convicção nos últimos tempos, a lei é igual para todos, portanto, legalmente, Lula pode ser candidato e ganhar as eleições.

# José Mentor: habilidade e competência na atuação legislativa.

Além do apoio aos vitoriosos programas dos governos Lula e Dilma, José Mentor tem se empenhado em defender iniciativas de valorização profissional, segurança no trânsito, combate à violência e defesa dos direitos, nestes 15 anos de atuação na Câmara Federal. Autor de vários projetos de lei (PL), o deputado busca garantir importantes avanços a milhões de brasileiros.



## Agora é lei:



### O responsável pelas multas é quem dirige o veículo.

De autoria de José Mentor (PL 6.376/2009), a nova legislação (Lei 13.495/2017) possibilita ao proprietário de um automóvel indicar ao órgão de trânsito o nome do principal condutor, para ser incluído no registro do veículo (Renavam). Com a legislação, nos casos de multa, proprietários de veículos que são habitualmente dirigidos por terceiros (marido/esposa, filhos, funcionários e outros autorizados) não precisarão mais enfrentar os transtornos para indicar o motorista responsável pela

infração e pelos pontos na carteira (CNH). O nome do principal condutor será excluído do registro do veículo a pedido próprio e nos casos de o proprietário indicar outro motorista ou vender o veículo. A medida deve reduzir a burocracia e dar mais tranquilidade ao proprietário, seja pessoa física ou jurídica. A lei está em vigor desde janeiro de 2018, mas os órgãos de trânsito ainda aguardam o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) fazer as alterações necessárias no sistema.

**PDC's 400, 402/2016 e 864/2017:**

### Contra o desmonte do Minha Casa, Minha Vida.

José Mentor é autor de três Projetos de Decreto Legislativo (PDC's) que buscam suspender os efeitos das portarias 185, 186 e 258, do Ministério das Cidades, todas publicadas em 2016, nos primeiros dias do governo de Michel Temer. Essas portarias ferem os princípios de participação social no programa Minha Casa, Minha Vida, prejudicam inúmeras famílias e promovem o retrocesso e desmonte do programa habitacional, criado pelo presidente Lula e ampliado pela presidenta Dilma. Os PDC's 400 e 402/2016 se referem às duas primeiras portarias, as quais revogaram o processo de ha-

bilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos, no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e também a autorização para financiamento da construção de mais de 11 mil unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida - Entidades. Ambos aguardam deliberação na CCJ, da Câmara.

O PDC 864/2017 susta a portaria 258/2016, que dificulta a seleção e contratação de propostas e financiamento do programa, também na modalidade Entidades. Este projeto aguarda definição do relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara.

### Contra os retrocessos da MP da regularização fundiária

O deputado José Mentor lutou contra a aprovação da Medida Provisória 759/2017, do governo Temer que, sob o pretexto de promover a regularização fundiária rural, urbana e da Amazônia Legal, na prática retira toda e qualquer função social destinada à terra. Dentre os principais retrocessos para a cidade, a

medida revogou regras do Programa Minha Casa, Minha Vida e da regularização fundiária de assentamentos em áreas urbanas. No campo, os impactos também são profundos, já que, entre outros, a nova regra abre a possibilidade de venda dos lotes, além de alterar o processo de seleção das famílias.



## Projetos de Lei

**PL 7.056/2014:**

### Penas mais duras e tornozeleira para agressores de mulheres.



O projeto amplia as medidas de proteção e reforça, com tornozeleira eletrônica, o monitoramento de agressores de mulheres. Também prevê o aumento da pena mínima para o crime de lesão corporal, de três para seis meses de detenção. Na ausência de programa assistencial público, as despesas com os tratamentos físico e psicológico da vítima ficarão por conta do agressor.

Apesar da mobilização feita nos governos Lula e Dilma para garantir assistência multidisciplinar integrada, ainda existem inúmeras mulheres desassistidas, por falta de programas locais.

**PL 8.529/2017:**

### Definição do crime de espancamento.

São frequentes os casos de espancamento covarde, individual ou coletivo, de vítimas indefesas.

A atual legislação penaliza o crime de lesão corporal leve, grave ou gravíssima, mas as lesões são analisadas como uma só. Para reparar essa antiga lacuna no código penal, José Mentor apresentou este Projeto de Lei que busca definir o crime de espancamento.

Com a proposta, se a agressão resultar em mais de uma lesão, seja da mesma gravidade ou um conjunto de lesões diversas, a pena será aumentada em dois terços.

**PL 5.511/2016:**

### Presença obrigatória de advogado na conciliação.



O projeto torna obrigatória a participação de advogado na solução de conflitos, em casos de conciliação e mediação. A proposta pretende garantir o acesso à assistência jurídica e tornar os processos mais justos e equilibrados para todas as partes. Dessa forma, o acompanhamento do profissional será necessário tanto nos processos em trâmite judicial, como nos que são resolvidos em cartórios, câmaras ou tribunais arbitrais. Embora reconheça a importância dos métodos alternativos de pacificação de conflitos, como os institutos de mediação e de conciliação, o deputado entende que a ausência de um profissional da advocacia afronta o artigo 133 da Constituição Federal, que considera “indispensável” a presença do advogado, que é fundamental para orientar e esclarecer a população sobre os seus direitos. Com o apoio do Conselho Federal da OAB e da seção da OAB-SP, José Mentor obteve as assinaturas necessárias para retirar um recurso apresentado contra a aprovação terminativa da proposta, na CCJ da Câmara. Agora, após redação final da própria Comissão, a proposta seguirá para análise do Senado Federal, sem necessidade de nova votação no Plenário da Câmara.

**PL 6.042/2005:**

### Regulamentação da profissão de podólogo.



A regulamentação é uma reivindicação dos podólogos, profissionais que tratam das doenças relacionadas aos pés. Desde 2005, eles lutam, junto com José Mentor, para terem seus direitos garantidos em lei. A medida também contribuirá para que a sociedade receba um serviço de qualidade, oferecido por profissionais capacitados. O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e por comissões do Senado, mas retornou à Comissão de Assistência Social, onde receberá ajustes, como o registro profissional de técnicos e graduados no Conselho de Biomedicina. Após apreciação pelo senadores, o projeto retornará para votação das mudanças feitas pelo Senado, na Câmara.

**PL 5.228/2005:**

### Legalização de recursos de brasileiros no exterior.



Primeiro deputado a se preocupar com o tema, ainda em 2004, quando era relator da CPMI do Banestado, José Mentor defende, há mais de uma década, o projeto que concede anistia fiscal parcial (remissão) e criminal (extinção da punibilidade) para os brasileiros que optarem por legalizar bens mantidos em outros países e nunca declarados no Imposto de Renda.

Em 2015, o governo Dilma, contrariando muitos de seus membros, apresentou projeto de legalização de recursos de brasileiros mantidos ilegalmente no exterior e coube a José Mentor presidir a Comissão Especial que analisou esse projeto. A medida foi aprovada pelo Congresso, colocada em prática em 2016 e resultou em arrecadação significativa para o governo. Foram R\$ 48,5 bilhões em recursos arrecadados sem onerar os contribuintes brasileiros, em duas etapas do programa.

## E mais:

**PL 7.829/2014:**  
**Criminalização do uso de cerol.**

**PL 7.830/2014:**  
**Isonção de IPI na compra de veículos também para os deficientes que não podem dirigir.**

**PL 6.099/2009:**  
**Educação Ambiental no currículo oficial, do ensino fundamental até o superior.**

**PL 4.496/2008:**  
**Dispositivo automático de fábrica para acender o farol das motos.**

Saiba mais no site [www.josementor.com.br](http://www.josementor.com.br)

# Firmeza e serenidade são marcas do mandato.

## Reforma da Previdência: com apoio da população, derrotamos o governo.



Em 2017, José Mentor foi um dos representantes do PT na Comissão Especial que analisou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2017, do Executivo Federal, que tratou da Reforma da Previdência, classificada por José Mentor com uma proposta “brutal e cruel”, pois retira direitos dos trabalhadores e penaliza as pessoas que dependem de benefícios sociais. Vamos ficar atentos, pois essa matéria poderá voltar após as eleições.

## Contra a perda de direitos.

Em 2016, o deputado atuou com a bancada do PT na Câmara contra a terceirização e a Reforma Trabalhista, que infelizmente foram aprovadas pela base de apoio ao governo de Michel Temer. Essas novas leis, além de promoverem a precarização do trabalho, rasgaram a CLT ao colocar o negociado acima do legislado, ampliando o poder dos patrões e ainda enfraquecendo os sindicatos.

## Contra o golpe.

Em 2016, integrou a Comissão Especial da Câmara que analisou o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e defendeu, com veemência, tanto no colegiado, quanto no Plenário, que não houvesse crime de responsabilidade fiscal.

## Contra o congelamento de gastos do governo.

José Mentor também foi contra a Emenda Constitucional 95, aprovada pela PEC 241, que congelou os gastos públicos, afetando diretamente a maioria dos municípios brasileiros, já que a medida restringe os investimentos por 20 anos, inclusive em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança pública.

## A favor da investigação contra Temer.



Na Comissão de Constituição e Justiça, onde é membro efetivo, José Mentor defendeu que o STF apreciasse a denúncia contra o presidente da República por crime comum. Contra o PT só existem delatores, no caso de Michel Temer havia gravações, fotos, malas, fitas, delatores, colaboradores da justiça etc. Era preciso prosseguir no STF.

## Presidência de Comissões Especiais:

## Repatriação: tese de Mentor foi comprovada.

Em 2015, presidiu a Comissão Especial que analisou o projeto do governo Dilma que criou a Lei da Repatriação, uma proposta que reconhece a tese defendida pelo deputado, desde a CPMI do Banestado.

## Propostas de Emendas Constitucionais (PEC).

De forma inédita, até dezembro de 2014, o deputado José Mentor presidiu ao mesmo tempo três Comissões Especiais que analisaram e aprovaram as PECs que tratam da remuneração de servidores:

- **Carreiras essenciais à Justiça** (PEC 443/2009).
- **Carreiras da área financeira** (PEC 147/2012).
- **Audidores e analistas da Receita Federal** (PEC 391/2014).

## Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis.

José Mentor coordena o grupo para unificar as várias leis que tratam do mesmo tema. Estão prontas para votação: Previdência Social, Sanitária Federal, Telecomunicações e Radiodifusão, Mineração, Eleitoral, entre outras.

## Missão em Portugal.

Integrante da Comissão Especial sobre moedas virtuais (PL 2.303/2015), José Mentor esteve em Lisboa, no início de maio. Em reunião com o deputado português João Galamba, vice-presidente da bancada do Partido Socialista (PS) e membro das Comissões de Assuntos Europeus e de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, trocou informações importantes para subsidiar os debates sobre o tema em nosso país.



João Galamba e José Mentor.



Após a agenda oficial, José Mentor informou sobre a situação de Lula ao núcleo do PT em Lisboa.

## Relatorias:

## CPI do Banestado.

Em 2003, em seu primeiro mandato de deputado federal, José Mentor foi indicado pelo líder do PT para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banestado, da qual foi relator. Durante quase dois anos a CPMI investigou a remessa ilegal de recursos para o exterior, expondo irregularidades ocorridas durante os governos do tucano FHC.

## E mais:

José Mentor, atualmente, elabora pareceres para os seguintes projetos:

- **Normas iguais para produtos importados e nacionais** (PL 717/2003).
- **Atenção à Saúde dos Dependentes de Drogas** (PL 175/2007).
- **Audiências de conciliação realizadas por delegados** (PL 1.028/2011).

## Apoio aos movimentos sociais.



Movimento de Moradia da região Sudeste da Capital, em março de 2017.

José Mentor, em 1979, refundou o Departamento Jurídico “22 de Agosto”, em convênio com a PUC-SP e a Igreja Católica, para assessorar os movimentos sociais e comunidades da periferia. Nessa ocasião, foi organizado o Movimento de Loteamentos Clandestinos, para lutar pela regularização dos loteamentos, construções e obter as escrituras dos terrenos.

Na década de 80, o Jurídico “22 de Agosto” apoiava os movimentos populares de todas as regiões da Capital, na luta pelos serviços urbanos (água, luz, creches, postos de saúde etc).

Atuou, por exemplo, na Comunidade de Heliópolis, no Residencial Celeste, ambos na Zona Sudeste; no Jardim da Conquista, na Zona Leste; no Filhos da Terra, na Zona Norte, e na Comunidade do Jardim Leni, na Zona Sul.

No atual mandato, José Mentor segue acompanhando a luta de moradores de outras comunidades, como Tanque Grande, em Guarulhos, e Morro da USP, na região Sudeste da Capital. Além da luta por moradia, o mandato se empenha no encaminhamento de diversas demandas, como as dos moradores do condomínio Tuim, no Jardim da Saúde, junto ao IPESP, em conjunto com o ex-deputado Antonio Mentor. E, juntamente com o Vereador Alessandro Guedes, acompanha várias demandas de regularização fundiária em várias regiões na cidade de São Paulo.

O gabinete de José Mentor, apesar de atuar na esfera federal, sempre acolhe as solicitações de apoiadores e lideranças comunitárias da Capital, região metropolitana, litoral e interior do Estado, que reivindicam serviços públicos e melhorias para seus bairros ou comunidades de todas as cidades do Estado de São Paulo.



# Trabalho de José Mentor conquista mais de R\$600 milhões para 314 cidades.

José Mentor sempre acompanhou de perto os problemas das cidades paulistas, não apenas no interior, mas também na grande São Paulo, no litoral e na Capital. Por meio de emendas parlamentares no orçamento anual do governo federal, da liberação de recursos

contingenciados ou, ainda, da conquista de dotações orçamentárias junto aos Ministérios, sua atuação contemplou 314 cidades com verbas federais, que totalizam mais de R\$ 600 milhões, entre 2004 e 2018. Esses recursos viabilizam importantes investimentos para melho-

rar a qualidade de vida da população. As indicações atendem às demandas apresentadas pelos prefeitos, vices, vereadores, lideranças políticas, sindicais e dos movimentos sociais, além de dirigentes do PT e de outros partidos dessas cidades.

Os esforços empreendidos pelo deputado e por toda sua equipe para contribuir com as cidades paulistas são uma das características do mandato de José Mentor, reconhecida tanto por autoridades, quanto por lideranças.

## Saúde é prioridade.



**Construção de Unidades de Pronto Atendimento.**

Atualmente, metade do montante de recursos das emendas de José Mentor é destinada para a área da saúde. São verbas utilizadas para a construção, reforma, ampliação e custeio de Unidades Básicas de Saúde, Prontos-socorros, Saúde da Família, além da aquisição de equipamentos, implantação de academias da saúde, entre outros.



**Aquisição de equipamentos hospitalares.**

Além de recursos para a saúde de modo geral, José Mentor apresenta emendas específicas para Santas Casas, Hospitais e entidades, como o GRAACC, que obtiveram mais de R\$ 5 milhões em verbas federais, nos últimos quatro anos.

## Verbas para Educação, Esporte, Cultura e Lazer.

Outra prioridade na busca de recursos para os municípios é a formação das crianças e jovens. As verbas intermediadas pelo deputado foram investidas na construção e reforma de escolas, creches, quadras cobertas, ginásios esportivos, centros culturais, inclusão digital, transporte escolar, entre outros.



**Creche construída com verbas conquistadas por José Mentor.**



**Ginásios de esportes reformados em várias cidades.**



**Centro Cultural Pioneiros.**

## Recursos para a infraestrutura.



**Intermediação de José Mentor possibilita construção de casas do programa Minha Casa, Minha Vida.**



**Poço profundo garante abastecimento de água para uma cidade inteira.**

A atuação do deputado obteve verbas que tornaram possível a pavimentação asfáltica, recapeamento e drenagem de incontáveis ruas, e a perfuração de um poço profundo, que garantiu o abastecimento de água para toda a população de Cajobi. Também viabilizaram a compra de máquinas pesadas, como escavadeiras, a construção ou reforma de pontos e terminais de ônibus, de praças, a reconstrução de áreas e residências destruídas pelas chuvas etc, para centenas de cidades do estado de São Paulo.



**Pavimentação melhora a qualidade de vida.**

## Kit do Conselho Tutelar.



Emendas de José Mentor contemplaram os Conselhos Tutelares de mais de 20 cidades paulistas com o kit, composto por 1 carro zero km, 5 computadores, impressora, geladeira e bebedouro.

## Apoio ao homem do campo.

Recursos federais obtidos pela atuação de José Mentor apoiam o desenvolvimento da agricultura e da pesca, como, por exemplo, a compra de máquinas, insumos e a construção do abatedouro de Cajobi.



**Construção do Abatedouro Assis Mentor, em Cajobi.**



**Mentor entrega tratores.**



## Cursos de qualificação profissional para mais de 6 mil pessoas na capital.



*Gerson Bitencourt, Alessandro Guedes e José Mentor na entrega de certificados dos cursos promovidos em 2017.*

A primeira experiência para oferta de cursos de qualificação profissional na capital paulista se deu a partir de emendas do deputado José Mentor, que atenderam, na época, a demanda apresentada por uma jovem liderança da zona Leste: Alessandro Guedes. Os recursos federais indicados por Mentor permitiram a for-

mação de mais de 3 mil pessoas nas áreas de estética (cabeleiro e manicure/pedicure) e turismo (recepcionista, porteiro, bartender, pizzaiollo, cozinheiro, confeitiro, camareira, garçom e maitre), com destaque para os núcleos das zonas Leste e Sudeste.

Ao assumir o mandato de vereador em São Paulo, Alessandro Guedes retomou esse trabalho e foi o primeiro a destinar verbas municipais, também por meio de emendas, para a realização de cursos que garantiram a qualificação de mais 3,5 mil pessoas em estética, turismo e em novas áreas como administração e elétrica, além de incluir cursos de artes gráficas e cuidador(a) de idosos.

## Reconhecimento ao trabalho de José e Antonio Mentor.



*José Mentor, o presidente da Apam, Luiz Carlos Rosa, Antonio Mentor e dona Ozita.*

O empenho de José Mentor para conquistar recursos para os municípios e entidades de utilidade pública tem sido reconhecido por meio de homenagens, como a do Hospital da Mulher da Unicamp, recentemente, assim como a concessão de diversos títulos de cidadão.

A Associação de Promoção e Assistência de Americana (Apam), em

outubro de 2017, inaugurou o Centro Cultural Ozita Mentor, em reconhecimento dos esforços dos filhos José e Antonio Mentor na busca de recursos para a associação. O Centro Cultural contou com recursos estaduais destinados por emenda de Antonio Mentor, quando deputado estadual. José Mentor indicou verba federal no orçamento de 2018 para compra de equipamentos culturais.

### Títulos de Cidadão de José Mentor.

Andradina, Artur Nogueira, Cajobi, Catanduva, Cerqueira César, Iracema, Juquitiba, Lorena, Lucélia, Nova Odessa, Olímpia, Onda Verde, Pauliceia, Pirangi, São Lourenço da Serra, São João de Iracema, Sumaré, Tupi Paulista e Votuporanga.

# Os tucanos sucatearam São Paulo.

**Luiz Marinho\***



O estado de São Paulo está estagnado. Essa é a constatação que chegamos ao olhar os 24 anos de desgovernos do PSDB em São Paulo. Apesar de todo esse longo período de comando, os tucanos, liderados por Covas, Serra e Alckmin (só esse último governou por 14 anos), não solucionaram nenhum dos principais gargalos. É inadmissível que nosso Estado, que tem o segundo maior orçamento do país, atrás apenas da União, não seja a referência para os outros entes federados em todas as áreas.

Na educação, os problemas se acumulam, com professores e servidores mal remunerados, alunos com déficit de aprendizado e escolas que mais parecem presídios. Na segurança, a população sofre com a falta de equipamentos e de efetivo. Tanto a PM, quanto a Polícia Civil estão sucateadas. Não têm investimento suficiente, não têm remuneração adequada que valorize o profissional. O

efetivo das polícias está abaixo da necessidade. Foi desmontado ao longo do tempo.

Na habitação, não existe uma política efetiva para a construção de habitação popular, principalmente nas grandes cidades, onde a população sofre com a falta de moradia adequada. As obras do metrô andam a passos de tartaruga; as nossas estradas, com exceção das pedagiadas, sofrem com o abandono. Os municípios têm que sacrificar seus orçamentos para manter estradas vicinais e de terra, que têm fundamental importância, principalmente para o escoamento de produção agrícola e pecuária.

Outra grande marca desse reinado tucano é a queda da economia paulista. São Paulo vem, nos últimos 20 anos, perdendo participação no PIB nacional e vendo uma fuga de parte do seu parque industrial. Não podemos aceitar isso de forma passiva.

Um governador do Estado precisa ter outra postura. Precisa liderar toda a sociedade no sentido de garantir o nosso desenvolvimento, girar a economia, gerar empregos. Enfim, fazer o estado voltar a andar. A tal locomotiva está enferrujada, parada no estacionamento. Os governos do PSDB são medíocres.

É irônico que os tucanos, que adoram se apresentar como gestores, tenham sido uma verdadeira catástrofe nesse quesito, nos 24 anos de desgoverno no Estado. Agora, mais do que nunca, é a hora do PT mostrar que um novo modelo de gestão, moderna, democrática e participativa, é possível. Existe uma janela histórica e nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos à disposição dos paulistas.

*\*Luiz Marinho é presidente estadual do PT-SP.*

#### Expediente:

Jornalista Responsável: *Alexandre Trindade* | MTb 48.552/SP - Colaboração: Adrienne Moura - Redação: Aura Gomes - Direção de Arte: Toni Cotrim  
Fotos: Arquivos Gabinete José Mentor / PT na Câmara / Câmara dos Deputados / Ricardo Stuckert / PT Paulista.

#### Contatos:

#RedeJoséMentor - Site: [josementor.com.br](http://josementor.com.br) - Facebook: //JoseMentorPT - Twitter: @jose\_mentor  
**Brasília - DF:** Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 502 - CEP 70160-900 - Tel.: (61) 3215-5502 / 3502 - Fax: (61) 3215-2502 - E-mail: [dep.josementor@camara.leg.br](mailto:dep.josementor@camara.leg.br)  
**São Paulo - SP:** - Av. Bosque da Saúde, 589 - CEP 04142-091 Tel.: (11) 5070-3666 - [josementor@uol.com.br](mailto:josementor@uol.com.br)